

FICHA DE INSCRIÇÃO

Obs. Para a sua segurança, mantenha o cadastro atualizado.

Seminário:

Órgão, Entidade ou Empresa:

CNPJ ou CPF:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Bairro:

Telefone:

Cidade:

Estado:

CEP:

E-mail:

Responsável pela Inscrição:

Telefone:

E-mail:

Dados do(s) participante(s):

- Preencher todos os campos. Favor confirmar a ortografia do(s) nome(s) do(s) participante(s) para a correta emissão do certificado de participação.

Nome:

Aniversário:

E-mail:

Telefone :

Celular:

Setor:

Cargo:

Nome:

Aniversário:

E-mail:

Telefone :

Celular:

Setor:

Cargo:

Nome:



FICHA DE INSCRIÇÃO

Obs. Para a sua segurança, mantenha o cadastro atualizado.

Aniversário:

E-mail:

Telefone :

Celular:

Setor:

Cargo:

Nome:

Aniversário:

E-mail:

Telefone :

Celular:

Setor:

Cargo:

O QUE MUDOU COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES?

Destaques das principais novidades e alterações nas licitações e nos contratos



12 a 16 de setembro

O Curso:

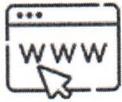
A nova Lei de Licitações – Lei nº 14.133/2021 – completou um ano de vigência. O período de convivência entre o regime anterior e o novo está passando muito rápido. Em breve, teremos a virada de chave definitiva para a nova Lei.

Os agentes e equipes responsáveis pelas licitações precisam dedicar-se a estudos, discussões e capacitações sobre o novo regime das contratações públicas. São muitas e profundas alterações, originando novas polêmicas e várias controvérsias.

Para este curso, escolhemos os assuntos mais importantes do planejamento e julgamento da licitação, da execução do contrato e do processo de contratação direta, destacando as principais novidades e mudanças.

Mais do que nunca, conte com a Zênite ao seu lado! Seguimos juntos na capacitação de excelência dos servidores responsáveis pelas contratações e produzindo informações e conteúdos seguros para a aplicação da nova Lei de Licitações.

Diferenciais do ZÊNITE: ONLINE



Plataforma própria Zênite para realização do curso



Aulas 100% ao vivo



Metodologias diferenciadas



Replays disponíveis por 7 dias



Professores especializados



Esclarecimento de dúvidas ao vivo ao final de cada aula

PROGRAMAÇÃO:



DATA DE REALIZAÇÃO

12 a 16
SETEMBRO
2022



CARGA HORÁRIA

20 horas



HORÁRIOS

14h às 18h

As aulas terão duração diária de 4 horas, sendo aproximadamente 3h de apresentação, intervalos e até 1h para responder perguntas.



REPLAY

As aulas poderão ser assistidas por até 7 dias após sua realização.

Esta capacitação permitirá a você:

- 01** Entender as principais alterações e novidades da Lei nº 14.133/2021, a quem se aplica e os prazos de entrada em vigor.
- 02** Conhecer a nova Lei e preparar-se para aplicar de modo seguro o novo regime das contratações públicas.
- 03** Dominar polêmicas e controvérsias relacionadas ao planejamento e julgamento das licitações, às principais hipóteses de dispensa e inexigibilidade e à execução dos contratos administrativos.
- 04** Conhecer os entendimentos do TCU e do Judiciário que devem guiar a interpretação e a aplicação da nova Lei.
- 05** Estudar e debater as principais novidades e alterações nas licitações e nos contratos com grandes especialistas no assunto.

Quem deve participar?



PREGOEIROS E
MEMBROS DE
EQUIPES DE APOIO



MEMBROS DO
DEPARTAMENTO
DE COMPRAS



FISCAIS E
GESTORES DE
CONTRATOS



ASSESSORES E
PROCURADORES
JURÍDICOS



ADVOGADOS



AUDITORES



CONTROLES
INTERNO E
EXTERNO



AGENTES PÚBLICOS
ENVOLVIDOS NAS
CONTRATAÇÕES
PÚBLICAS

Destques do conteúdo:

- > Convivência dos regimes
- > Regulamentações da nova Lei, aplicação e eficácia
- > Atores dos processos de contratação pública e atribuições (agente de contratação, pregoeiro, equipe de apoio, comissões, procuradoria jurídica, fiscais, gestor e autoridade)
- > Parecer jurídico
- > Planejamento das contratações: governança, plano atual, ETP, TR
- > Pesquisa de preços e a IN nº 65/2021
- > Pré-qualificação, amostra, certificação, indicação/vedação de marca
- > Documentos de habilitação
- > Contratação direta – Dispensa e inexigibilidade: principais hipóteses e instrução do processo
- > Publicidade e PNPC
- > Fases, procedimento, modalidades, critérios de julgamento e modos de disputa
- > Saneamento de vícios no julgamento
- > Contratos administrativos: formalização, contratação de remanescente, duração e prorrogação dos contratos, matriz de riscos e revisão, preclusão da revisão, reajuste e repactuação, extinção e aplicação de sanções

Conheça os professores:

José Anacleto Abduch Santos



Procurador do Estado do Paraná. Advogado especialista em contratações públicas. Mestre e doutor em Direito Administrativo pela UFPR. Professor de Direito Administrativo do Centro Universitário Curitiba (UniCuritiba). Exerceu cargos e funções de Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Estado do Paraná; Procurador-Geral do Estado Substituto; Coordenador do Curso de Graduação em Administração Pública da UniBrasil; Presidente dos Conselhos de Administração e Fiscal da ParanaPrevidência; e Presidente de Comissões Especiais e Permanentes de Licitação no Estado do Paraná. Membro das Comissões de Gestão Pública e Infraestrutura da OAB/PR e da Comissão Especial de Direito Administrativo da OAB Federal. Autor das obras *Contratos administrativos: formação e controle interno da execução – com particularidades dos contratos de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços terceirizados*; *Contratos de concessão de serviços públicos: equilíbrio econômico-financeiro*; e *Licitações e o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte*. Coautor das obras *Comentários à Lei nº 12.846/2013: Lei Anticorrupção*; e *Lei das Estatais: comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da Lei nº 13.303/2016*. Autor de vários artigos jurídicos.



Rodrigo Vissotto Junkes

Advogado. Doutorando em Direito pela UBA. Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela UNIVALI. Especialista em Direito Administrativo e em Direito Civil. Consultor na área de licitações e contratos. Integrante da Equipe de Consultores Zênite. Participante do Observatório Nacional de Políticas Públicas e de cursos no Banco Interamericano de Desenvolvimento.



Suzana Maria Rossetti

Advogada. Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Especialista em Direito Constitucional pela Academia Brasileira de Direito Constitucional. Integra o corpo jurídico da Zênite Informação e Consultoria S.A. Gerente do serviço de Orientação Zênite. Autora da obra *Processos de contratação pública e desenvolvimento sustentável* (Fórum, 2017).

REQUISITOS TÉCNICOS:

Para o bom funcionamento da plataforma, recomendamos as seguintes especificações técnicas mínimas:

Computador:
Processador i3 3Ghz Dual Core / 4Gb RAM
Internet de 10 mbps
(de preferência por cabo)

Browser:
Google Chrome, preferencialmente
Banda ideal:
Inbound participante: 3 mbps

IMPORTANTE:

Se essas especificações não forem atendidas, a qualidade do recebimento da transmissão do curso (áudio e vídeo) poderá ficar prejudicada.

Programa completo:

Aulas 1 e 2

Dias 12 e 13 de setembro, das 14h às 18h

Professor: José Anacleto Abduch Santos

CONVIVÊNCIA DOS REGIMES, REGULAMENTAÇÕES, ATORES E ATRIBUIÇÕES, PARECER JURÍDICO

- 01 Quais orientações podem guiar a escolha de contratar pela Lei nº 8.666/1993 ou pela Lei nº 14.133/2021? Essa escolha ocorre a cada contratação? Quais os impactos práticos da coexistência dos dois regimes?
- 02 A nova Lei reporta-se várias vezes à edição de regulamentos sobre vários assuntos. Qual o impacto dessas previsões na aplicação e na eficácia da nova Lei?
- 03 Quais os principais atores na condução das licitações e dos contratos de acordo com a nova Lei? Quais contratações são conduzidas por agente de contratação, por pregoeiro, por comissão de contratação e por banca específica? O agente de contratação pode ser também pregoeiro? Quem é responsável pelas contratações diretas?
- 04 A Lei nº 14.133/2021 destacou a importância da segregação de funções. Como dar efetividade a esse princípio dentro da reserva do possível, considerando a redução de recursos humanos em algumas estruturas administrativas? Qual a orientação do TCU?
- 05 Qual a tratativa da nova Lei sobre parecer jurídico, especialmente com relação a conteúdo, obrigação de elaboração ou dispensa, parecer padronizado e responsabilidade do parecerista? Quais os entendimentos do TCU e da jurisprudência sobre o assunto?

PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES: GOVERNANÇA, PLANO ATUAL, ETP, TR, PESQUISA DE PREÇOS, PRÉ-QUALIFICAÇÃO, AMOSTRA, CERTIFICAÇÃO, INDICAÇÃO/VEDAÇÃO DE MARCA E HABILITAÇÃO

- 06 Quais as novidades da nova Lei com relação à estrutura e às fases do planejamento da contratação?
- 07 Quais as novidades sobre governança das contratações?
- 08 O que é Plano Anual de Contratações? Qual é sua importância e sua finalidade?
- 09 Qual o conteúdo mínimo do estudo técnico preliminar e do termo de referência? O que diferencia esses documentos? Quais as boas práticas a serem adotadas na elaboração desses documentos?
- 10 O que envolve a gestão de riscos de acordo com a nova Lei? Qual o entendimento do TCU? Qual a distinção e o conteúdo do mapa de riscos e da matriz de riscos? Em quais casos devem ser elaborados o mapa e a matriz de riscos?

- 11 Sobre a estimativa do valor da contratação e da pesquisa de preços na nova Lei, bem como a respeito das novidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e na IN nº 65/2021, pergunta-se:
- Quais as fontes/parâmetros de pesquisa, o prazo da pesquisa e o número de orçamentos que devem instruir o processo? Podem ser combinados?
 - Quais as metodologias para a definição de preços estimado e máximo? Conforme a nova Lei, o critério de aceitabilidade de preços para fins de julgamento pode ser o preço estimado ou o preço máximo?
 - Quem é responsável pela pesquisa de preços?
 - Quais são as recomendações diante de grandes variações na cesta de preços pesquisadas? Quais as orientações reiteradas do TCU sobre esse tema?
 - Segundo a nova Lei, o orçamento pode ou deve ser sigiloso? O que deve sempre ser divulgado no edital? Até que momento do procedimento o orçamento permanecerá sigiloso? Como conduzir a negociação no caso de orçamento sigiloso?
- 12 Quais os instrumentos previstos na nova Lei que podem auxiliar na garantia de qualidade das contratações públicas? Pré-qualificação de produto, exigência de amostra, certificação de qualidade, indicação/vedação de marca ou modelo são alguns desses instrumentos? Quando devem ser usados e quais as boas práticas em sua adoção?
- 13 Quais as principais novidades relacionadas à fase de habilitação e aos documentos a serem exigidos? Em quais contratações podem ser dispensados os documentos de habilitação?

Aula 3

Dia 14 de setembro, das 14h às 18h

Professora: Suzana Maria Rossetti

CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA E INEXIGIBILIDADE: PRINCIPAIS HIPÓTESES E INSTRUÇÃO DO PROCESSO

- 14 As hipóteses de inexigibilidade de licitação por exclusividade abrangem apenas as contratações de compras (fornecimentos) ou também serviços? Quais objetos podem ser adquiridos por meio de inexigibilidade? Quais são as alterações relativas a essa hipótese de inexigibilidade previstas na nova Lei? Quais os entendimentos do TCU e da AGU sobre essa questão?
- 15 Para a contratação de serviços técnicos profissionais especializados por inexigibilidade, o que deve ser demonstrado e justificado? É necessária a comprovação da singularidade? Qual é o entendimento do STJ e a polêmica que envolve o assunto? O que é e como comprovar a notória especialização?
- 16 Em que casos é cabível o credenciamento de acordo com a nova Lei? As recorrentes orientações do TCU sobre credenciamento podem orientar a aplicação da Lei nº 14.133/2021?

- 17 Quais os cuidados para não incorrer em fracionamento indevido nas dispensas pelo valor? Quais os limites de dispensa de licitação pelo valor atualizados pelo Decreto nº 10.192/2021? Qual a disciplina da IN Seges nº 67/2021 para a aferição dos valores-limite? O que deve ser entendido por unidade gestora e por ramo de atividade? Os precedentes do TCU podem ser adotados para referenciar a interpretação sobre esse tema?
- 18 De acordo com a Lei nº 14.133/2021, quando é cabível a dispensa eletrônica? Quais as novidades e os fluxos previstos na IN nº 67/2021?
- 19 Quais as condições previstas na nova Lei para a dispensa quando a licitação for deserta ou fracassada?
- 20 Quais as condições e as novidades previstas sobre a dispensa por emergência? Quais os cuidados em sua instrução?
- 21 De acordo com a nova Lei, quais documentos e justificativas devem instruir o processo de contratação direta? Qual a orientação específica para a pesquisa de preços nos processos de dispensa e de inexigibilidade de licitação de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e a IN nº 65/2021? Tal previsão está em alinhamento com o TCU e a AGU?

Aulas 4 e 5

Dias 15 e 16 de setembro, das 14h às 18h

Professor: Rodrigo Vissotto Junkes

PUBLICIDADE E PNPC, FASES, PROCEDIMENTO, MODALIDADES, CRITÉRIOS DE JULGAMENTO, MODOS DE DISPUTA E SANEAMENTO DE VÍCIOS NO JULGAMENTO

- 22 Quais os veículos de publicidade? Quais os prazos mínimos de publicidade?
- 23 O que é e qual a finalidade Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP)?
- 24 Quais as fases sequenciais do processo de licitação previstas na nova Lei? Qual a importante alteração relacionada à ordem da licitação?
- 25 Quais os critérios de julgamento previstos na nova Lei e quais os principais pontos de alteração que devem ser destacados? Na prática, qual será a distinção relativa ao procedimento da fase de competição entre a concorrência e o pregão?
- 26 O que são e quais os modos de disputa previstos na nova Lei? Podem ser combinados? Em quais hipóteses a nova Lei determina ou veda o modo de disputa aberto ou fechado?
- 27 É possível realizar pregão eletrônico de acordo com a nova Lei? É viável compatibilizar com o sistema eletrônico que segue os critérios de julgamento e os modos de disputa previstos no Decreto nº 10.024/2019?
- 28 Qual a disciplina da nova Lei sobre as correções e o saneamento? Quais falhas podem ser corrigidas nas propostas, na habilitação e na planilha? Quais os limites para a correção? Quais as recentes orientações do TCU sobre o tema já conforme o regime da Lei nº 14.133/2021?

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: FORMALIZAÇÃO, CONTRATAÇÃO DE REMANESCENTE, DURAÇÃO E PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS, MATRIZ DE RISCO E REVISÃO, PRECLUSÃO DA REVISÃO, REAJUSTE E REPACTUAÇÃO, EXTINÇÃO E APLICAÇÃO DE SANÇÕES

- 29 Em quais casos o instrumento de contrato é obrigatório e quando poderá ser substituído? Quais os locais de divulgação dos contratos e quais os prazos a serem observados?
- 30 Em quais casos a Administração pode considerar a contratação de licitantes na ordem de classificação e a contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento? Quais as novidades previstas na nova Lei sobre a contratação de remanescente? Deixa de ser hipótese de dispensa de licitação?
- 31 Sobre a duração dos contratos, quais alterações e novidades merecem destaque na nova Lei com relação à determinação dos prazos iniciais, dos prazos máximos e da prorrogação?
- 32 Quais os impactos da definição da matriz riscos quanto às alterações e ao direito à revisão dos valores pactuados?
- 33 Em que condição opera-se a preclusão do direito à revisão contratual? A preclusão se aplica também com relação ao reajuste a à repactuação?
- 34 Sobre a extinção dos contratos, quais as novidades previstas na nova Lei?
- 35 Quais sanções podem ser aplicadas aos licitantes e contratados? Sobre esse tema, quais novidades são destaques na nova Lei?

INVESTIMENTO

R\$ 2.810,00/PARTICIPANTE*

INCLUI:

- Lei digital: *Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública*
- Apostila digital específica do curso
- Certificado

** O certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual da frequência que constará do certificado será calculado de acordo com presença nas aulas on-line (ao vivo) verificada pelo acesso de login e senha no sistema por inscrição/aluno.*

** Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha não deve ser compartilhada.*

** É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia.*

** A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou, ainda, reagendar data/horários de realização, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).*

Pagamento:

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A., CNPJ 86.781.069/0001-15.

Envio de Nota de Empenho / Ordem de Serviço ou Autorização de fornecimento, com posterior pagamento através de uma das contas bancárias indicadas:


BANCO DO BRASIL
Banco do Brasil
Ag. 3041-4
c/c 84229-X


bradesco
Bradesco
Ag. 2559
c/c 26622-1


CAIXA
Caixa Econômica
Ag. 1525-3
c/c 1566-2


Itaú
Itaú
Ag. 3833
c/c 63040-7


Santander
Santander
Ag. 3837
c/c 13001725-8

OBSERVAÇÃO: Para o mercado privado, outras opções de pagamento estarão disponíveis, como:

- Boleto
- Transferência bancária
- Depósito

Informações e inscrições:

(41) 2109-8666

evento@zenite.com.br

www.zenite.com.br



PROPOSTA COMERCIAL

Zênite On Line
QUESTÕES E TEMAS POLÊMICOS E OS IMPACTOS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES
12/09/2022 a 16/09/2022

CURITIBA, 18 de julho de 2022
Att: WERNER ROBERTO DOS SANTOS MORA - Fone: 9935381487
MUNICIPIO DE ACAILANDIA CAMARA MUNICIPAL
ACAILANDIA - MA

Prezados Senhores,

Encaminhamos proposta para inscrição no **Zênite On Line**, para o curso: "**QUESTÕES E TEMAS POLÊMICOS E OS IMPACTOS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES**", que será realizado com transmissão ao vivo, via internet, nos dias 12/09/2022 a 16/09/2022, carga horária de 20 horas.

Detalhes da Proposta

Participantes Pagantes:	001
Valor Unitário (Por Participante):	R\$ 2810,00
Total de Pagantes:	R\$ 2.810,00
Total de Participantes:	001

TOTAL: R\$ 2.810,00

A proposta inclui:

- Lei Digital: Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública
- Apostila digital específica do Curso
- Certificado

Observações:

- O link para acesso ao certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual de frequência que constará no certificado corresponderá ao tempo de audiência no curso (aulas ao vivo e replay para o qual é considerado o período de disponibilização de 7 dias). Decorrido o período de 7 dias do replay serão emitidos os certificados, independentemente de qualquer outro fator. A aferição da presença é realizada via sistema por meio do acesso de login e senha do aluno, sendo que login e senha do sistema são individuais e intransferíveis.
- Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha é individual e não deve ser compartilhada. O link de acesso à sala deve ser utilizado por meio de único browser (sendo recomendável o google chrome).
- Por questão de segurança, a Zênite não tem controle ou guarda da senha que é gerada e enviada pela plataforma de aula. No caso de perda ou extravio, deve ser mantido contato com a Zênite para geração de novo *login* e senha.
- É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como o seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia.

- A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou ainda reagendar data/horários de realização comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).
- Aos órgãos/entidades públicas serão aceitas apenas inscrições de servidores/empregados/agentes vinculados diretamente à Administração Pública direta e indireta contratante.
- Havendo eventual queda na transmissão ou qualquer outra dificuldade de acesso ao curso em tempo real, o curso ficará disponível para "replay" durante um período de 7 dias. Neste caso, o participante assistirá à gravação do curso ou aula, não podendo interagir com os professores.

DADOS DO EVENTO

Para ver o conteúdo completo, conteúdo, professores e programação [CLIQUE AQUI](#).

REQUISITOS TÉCNICOS

Após a confirmação da inscrição, a Zênite disponibilizará o link de acesso ao curso. O participante deverá entrar no link de acesso, no dia e hora do curso, preenchendo o seu *login* e senha, quando então terá acesso ao ambiente virtual do Curso.

Para o bom funcionamento da plataforma, recomenda-se a utilização de equipamento com as seguintes especificações:

Computador:

Processador i3 3Ghz Dual Core - 4 Gb Ram

Internet de 10 Mbps (de preferência por cabo)

Browser: Recomenda-se utilizar o Google Chrome

Banda ideal: Inbound participante: 3 mbps

A transmissão dos cursos se dá dentro do ambiente da Zênite (www.zeniteonline.com.br), sendo que para acessar a plataforma do curso e os conteúdos disponibilizados, é necessário que sua rede (privativa ou corporativa) tenha liberada a reprodução de mídias streaming e permita acesso aos domínios: <https://zeniteonline.com.br> *.pluz.app; *.clickmeeting.com; <https://player.vimeo.com>; *.vimeo.com; *.vimeocdn.com; *.magisto.com; *.akamaized.net; *.cloudfront.net

IMPORTANTE:

- Caso essas especificações não sejam atendidas, mesmo que possível assistir e participar do curso/aula, não podemos garantir a plena qualidade de áudio e vídeo.
- Cada participante deve ser inscrito com um e-mail próprio, válido e acessível pelo mesmo. O e-mail informado no ato da inscrição será utilizado para o envio dos dados de acesso à sala do curso. Assim, **participantes diferentes não devem ser inscritos com o mesmo e-mail, mesmo que sejam do mesmo órgão ou setor.**
- Após participar da aula, ao fechar o ambiente virtual do curso, o clickmeeting, que é a plataforma que usamos para a transmissão das aulas, direcionará o participante para a possibilidade de baixar o APP da clickmeeting. Solicitamos **ignorar esta mensagem** e assistir o curso por meio do ambiente Zênite (zeniteonline.com.br) que contempla todos os recursos necessários para o curso on line, inclusive a aferição de presença. Caso o participante baixe o aplicativo e assista o curso por meio do APP não será possível aferir o seu percentual de presença para fins de certificado.

EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O pagamento será efetuado em nome de **ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A**, CNPJ: **86.781.069/0001-15** - Av. Sete de Setembro, 4698, 3º e 4º Andar - Batel - CURITIBA/PR, com o envio de nota de empenho, autorização de serviço/fornecimento ou similar, e posterior pagamento em uma das contas abaixo indicadas:

Dados Bancários:

BANCO DO BRASIL: Agência: 3041-4 | Conta Corrente: 84229-X

CAIXA ECONOMICA FEDERAL: Agência: 1525-3 | Conta Corrente: 1566-2

SANTANDER: Agência: 3837- | Conta Corrente: 13001725-8

BANCO ITAU: Agência: 3833- | Conta Corrente: 63040-7
BRADESCO: Agência: 2559- | Conta Corrente: 26622-1

A inscrição deverá ser realizada da seguinte forma:

- Preencher o formulário de inscrição disponível no portal <http://www.zenite.com.br>
- Enviar por e-mail cópia do documento de autorização de participação:

- * Nota de empenho; ou
- * Autorização de fornecimento; ou
- * Documento padrão utilizado para posterior emissão de nota fiscal; ou
- * Cópia de comprovante de depósito ou transferência bancária.

Observação: Para o mercado privado, estarão disponíveis outras opções de pagamento como:

- * Boleto
- * Transferência bancária
- * Depósito

A inscrição será confirmada somente após o recebimento dos documentos acima citados, pelo e-mail evento@zenite.com.br e desde que não haja pendência de pagamentos em atraso relativos a contratações anteriores.

DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e/ou moral), comprometendo-se em informar antecipadamente à CONTRATANTE.

A Zênite reserva-se o direito de limitar o número de inscrições para determinado curso.

A Zênite não se responsabiliza por eventuais problemas decorrentes de interrupção dos serviços do provedor de acesso à internet, nem pela interrupção dos serviços em casos de falta de fornecimento de energia elétrica, incompatibilidade dos sistemas do participante ou qualquer ação de terceiros que impeçam a prestação de serviço ou na ocorrência de caso fortuito ou de força maior relacionados no Código Civil Brasileiro. Da mesma forma, não se responsabiliza por dificuldade de acesso à plataforma do curso, inclusive no que diz respeito ao funcionamento e qualidade da rede de internet do participante.

É expressamente proibida a gravação, cópia ou reprodução, por qualquer meio, do curso/aulas on line. O curso/aula é protegido(a) por direitos autorais e direitos de imagem.

Esta proposta é válida até: 17/08/22

Manuella Ribeyre Silva
Consultora Comercial de Eventos
manuella.silva@zenite.com.br
4121098666


ZENITE
ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A
Av. Sete de Setembro, 4698, 3º e 4º Andar - Batel - CURITIBA/PR
Fone: (41) 2109-8666